

Áreas com terraços sofrem menos erosão, indica pesquisa

Vinculado ao monitoramento hidrológico da Rede AgroParaná, projeto é desenvolvido em Dois Vizinhos, no Sudoeste do Estado

O solo de áreas em que lavouras são desenvolvidas com terraceamento sofre menos erosão e infiltra mais água do que terrenos sem terraço. É o que indicam dados preliminares da pesquisa de monitoramento hidrológico, realizada em Dois Vizinhos, no Sudoeste do Estado. O projeto faz parte de uma série de estudos promovidos pela Rede de AgroPesquisa e Formação Aplicada Paraná (Rede AgroParaná) em seis mesorregiões do Estado. Com base nas informações levantadas, a rede pretende definir critérios técnicos adequados e boas práticas para manejo de solo e da água em áreas agrícolas.

Os dados prévios foram obtidos a partir de uma chuva de 68 milímetros, ocorrida em 30 de maio de 2019. Na ocasião, houve escoamento superficial (ou seja, de água que não infiltra no solo) de 40 litros por segundo (L/s) na lavoura cultivada sem terraço, enquanto o escoamento foi de 6 L/s na área com terraços. Em termos relativos ao volume precipitado, o escoamento superficial foi da ordem de 3,4% no talhão sem terraço e de 0,8% no segmento com terraços.

Amostras do escoamento superficial foram coletadas pelos pesquisadores, que analisaram a Concentração de Sedimentos em Suspensão (CCS). Esse procedimento apontou que na área sem terraços houve perda no solo equivalente a 305 quilos. Já na lavoura conduzida com terraços, a perda provocada pelo escoamento superficial foi de 27 quilos. “Os dados nos ajudam a

entender esse processo e definir técnicas para aumentar a qualidade de solo e a infiltração de água”, explica o pesquisador André Pellegrini, coordenador da Rede AgroParaná.

Em Dois Vizinhos, a pesquisa é conduzida no câmpus da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), onde foram instaladas duas estações experimentais em uma área de 1,9 hectare. Em cada uma, os pesquisadores ocuparam o solo em proporções características da região: 48% de lavouras, 21% de pastagens, 10% de matas e o restante dividido em estradas, sede, pomar e vegetação arbustiva. A lavoura de uma das estações é cultivada com técnicas de terraceamento e a outra, sem terraços.

“O cultivo é feito de acordo com as características da região: plantamos soja na safra, milho ou feijão na safrinha e uma cultura inverno”, conta Pellegrini.

Subprojetos

Além dessa pesquisa que corresponde ao eixo central do projeto de monitoramento hidrológico no Paraná, outros cinco subprojetos estão em andamento na mesorregião Sudoeste, todos relacionados à qualidade do solo e da água. Um deles complementa o estudo principal, levantando atributos químicos e biológicos do solo, relacionando-os à produtividade das cultu-



ras. Outro é voltado a estudar a aplicação de dejetos animais – de aves, suínos e bovinos – na adubação do solo.

Ainda, outra iniciativa reúne três experimentos que testam plantas de cobertura de inverno e de verão, em rotação de culturas comerciais, avaliando também os efeitos de compactação mecânica e biológica do solo. Enquanto isso, um dos estudos analisa os efeitos de longo prazo provocados pelos sistemas de manejo e plantas de cobertura de inverno em rotação com soja e milho. Por fim, um projeto compila todas as informações das pesquisas conduzidas na megaparelada e avalia seus atributos físicos, químicos e biológicos, por meio de um modelo matemático.

“Além de levantarem informações para a rede, esses projetos implicam em benefícios que se estendem aos programas de graduação e pós-graduação, com a consolidação de cursos vinculados às ciências agrárias, por meio de equipamentos para laboratório, reagentes para análises e bolsas, além da extensão rural, que vem expondo os resultados continuamente por meio de dias de campo”, diz Pellegrini.

Os estudos são financiados pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, Fundação Araucária e a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), do governo do Paraná.



Memória do Campo



Fóruns do campo

Não é de hoje que as comissões técnicas da FAEP são um importante canal de difusão de informações e de representatividade dentro de cada cadeia produtiva. Há mais de 21 anos, por exemplo, a Comissão Técnica de Cafeicultura era o destaque da edição 633, do Boletim Informativo. Na ocasião, o colegiado divulgou a eleição de sua nova diretoria e trouxe análises relacionadas ao mercado, apontando que o setor precisava de garantias de mercado.

Foi só um exemplo. Criadas em 1996, ao longo das décadas, as comissões têm ajudado a fortalecer o setor, a reunir reivindicações e a facilitar a difusão de informações técnicas. Não à toa, esses fóruns temáticos colecionam conquistas. Não faltam exemplos: de ações sanitárias bem-sucedidas em culturas de grãos ao fortalecimento das Cadecs na suinocultura e avicultura, dentre tantos outros feitos.

Hoje, a FAEP tem 10 comissões técnicas em diversas áreas. A mais recente é a de aquicultura. Além disso, neste ano, houve mais uma inovação: o início dos trabalhos da Comissão Estadual das Mulheres, que tem por objetivo ampliar a representatividade feminina e a formação de novas lideranças.